



MANUAL PARA INSCRIÇÃO DOS ALUNOS EM

Intervenção em Psicologia: Estágio Supervisionado 3 e 4 (5º. Ano)

2026

SÃO CARLOS

São Carlos, 17 de novembro de 2025.

Caro(a) aluno(a),

Este manual tem por objetivo oferecer informações sobre os projetos de Intervenção em Psicologia: Estágio Supervisionado 3 e 4 a serem desenvolvidos no Período Letivo de 2026.

Esperamos que você o consulte com atenção, e que possa encontrar nele as informações básicas para iniciar o seu processo de escolha. A leitura cuidadosa dos projetos é uma condição importante para que você, além de obter informações gerais, identifique outros aspectos que considere necessários para tomada de decisão, tais como, dias da semana em que ocorrerão a parte prática e supervisão, horários, local, tipo de atividade etc. **Caso alguma dessas características não se adeque a sua condição, por favor não inclua o projeto dentro das opções mais desejáveis.**

Contamos com sua participação ativa na busca de informações complementares e relevantes para orientá-lo. Dúvidas poderão ser esclarecidas por meio de contato com os próprios supervisores e/ou colegas que já participaram dos projetos em anos anteriores.

Conforme as orientações anexadas a este manual, você deverá fazer sua inscrição através do link:

<https://forms.gle/ep6fbRGAKk2hmb5E7>

Recomendamos atenção aos prazos, critérios e procedimentos envolvidos neste processo, tanto para que ele ocorra de forma satisfatória para todos nós quanto para que as escolhas feitas tenham alta probabilidade de garantir satisfação pelo período que aí vem.

Profa. Dra. Tais Bleicher
Coordenadora do Serviço-Escola em Psicologia

Docente: Prof. Dr. ALEX PESSOA - CRP: 140020

Projeto: Prevenção da Violência na Infância e Atendimento Psicossocial às Vítimas

Contextualização

O Brasil, assim como diversos países ao redor do mundo, apresenta índices alarmantes de violência intrafamiliar e comunitária contra crianças e adolescentes. Essa realidade demanda ações integradas entre diferentes setores da sociedade, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência social, a fim de prevenir a ocorrência desses episódios e oferecer suporte adequado às vítimas. Nesse cenário, as universidades desempenham um papel fundamental por meio dos campos de estágio e das ações extensionistas, que possibilitam tanto a prevenção da violência, por meio da implementação de programas voltados ao desenvolvimento de condutas autoprotetivas, quanto o atendimento psicossocial às vítimas atendidas em serviços públicos. Essas iniciativas fortalecem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, aproximando a formação acadêmica das demandas concretas da comunidade. O presente campo de estágio tem como proposta possibilitar a atuação das(os) estudantes em dois eixos principais: **(1)** a prevenção da violência, por meio de intervenções sistematizadas realizadas em escolas públicas municipais, e **(2)** no atendimento psicossocial às vítimas, por meio da inserção em equipamentos públicos de média complexidade, como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Durante a experiência, as(os) estudantes serão capacitadas(os) e engajadas(os) na aplicação de protocolos de intervenção validados cientificamente, bem como no uso de instrumentos de avaliação que permitam mensurar os resultados e desfechos das ações implementadas. Considera-se, desse modo, que este campo de estágio contribui para o aprimoramento técnico e ético dos futuros profissionais da psicologia, bem como fortalece o compromisso social da Universidade pública na promoção da proteção integral de crianças e adolescentes e na defesa de seus direitos.

Bases epistemológicas do projeto

A abordagem teórica adotada estará em consonância com autores da psicologia do desenvolvimento humano que enfatizam as questões culturais e sociais na constituição do psiquismo (Vigotski, 1993; 1995; 1997; Leontiev, 1978; Rogoff, 2005). Dar-se-á ênfase para as condições objetivas e materiais que constituem a subjetividade humana e que reverberam na maneira como as pessoas interpretam e significam a realidade social. Nessa direção, autores da Psicologia Comunitária, como Martin-Baró (1996; 2003), Lane (1995), Sawaia (2014), Montero (2009), entre outros teóricos provenientes de países latino-americanos, também poderão ser utilizados como referências de base. Sumariamente, os autores mencionados consideram que os fenômenos psicológicos só podem ser explicados se analisados a partir de lógica de subalternidade e exploração que alguns grupos estão submetidos historicamente. Tais concepções destituem modelos hegemônicos da psicologia em relação à perpetuação da violência estrutural, que costumam atribuir responsabilidade unicamente ao sujeito, desconsiderando outros elementos sociais.

Objetivos

- Oferecer recursos conceituais e metodológicos para a formação inicial de estudantes da psicologia no que se refere o atendimento psicossocial de crianças realizados em instituições públicas vinculadas à política de educação e assistência social;
- Subsidiar a compreensão dos estudantes sobre as especificidades dos níveis de atendimento de crianças e adolescentes realizados no SUAS (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade);
- Possibilitar que os estudantes compreendam as diferenças conceituais e metodológicas entre os atendimentos psicossociais e psicoterápicos com crianças e adolescentes vítimas de violência;
- Habilitar os estudantes para compreensão da rede de proteção de crianças e adolescentes (tal como preconizado nos documentos oficiais), destacando conceitos como referência e contrarreferência, ações intersetoriais, reuniões de equipe para encaminhamento de estudos de caso, entre outros;

- Implementar e avaliar programas de intervenção com validade científica no atendimento de crianças usuárias dos serviços vinculados às políticas supracitadas.

Contextos de realização das atividades

No início das atividades, as(os) estudantes serão organizadas(os) em dois subgrupos, de forma a favorecer o acompanhamento mais próximo das ações e a otimização dos processos de aprendizagem. Nas primeiras semanas, serão promovidos estudos e discussões teóricas voltados à compreensão dos fundamentos que subsidiarão as intervenções a serem realizadas com crianças entre 7 e 11 anos de idade, em formato grupal. As(os) estagiárias(os) terão acesso a um protocolo de intervenção validado cientificamente, que será apresentado e discutido detalhadamente em encontros preparatórios. Essa etapa visa garantir que todas(os) as(os) participantes se sintam seguras(os) e confortáveis quanto à condução das técnicas e procedimentos a serem aplicados. Paralelamente, será oferecido treinamento específico para o manejo de instrumentos de avaliação psicossocial, possibilitando que as(os) estudantes compreendam a importância da mensuração dos resultados das intervenções e aprendam a interpretar os dados obtidos, destacando as potencialidades e efeitos das ações implementadas.

Antes de cada sessão de atendimento, as(os) estudantes deverão obrigatoriamente participar de supervisões semanais, nas quais serão discutidos os atendimentos realizados, as questões emergentes observadas nos grupos e eventuais dificuldades encontradas. Esses momentos também serão dedicados ao planejamento do próximo encontro, com a apresentação e preparação das técnicas que serão empregadas. Com o objetivo de fortalecer o processo formativo e oferecer maior suporte durante as intervenções, estudantes de doutorado poderão acompanhar as atividades práticas, contribuindo para que as(os) estagiárias(os) se sintam mais seguras(os), confiantes e amparadas(os) no desenvolvimento das ações propostas.

Atividades a serem desenvolvidas

Supervisão semanal com o docente responsável pelo projeto; leituras de textos de base para o atendimento de crianças serviços supracitados; sistematização e aplicação do programa no âmbito da prevenção à violência (escolas) ou no atendimento às vítimas (CREAS); elaboração de relatório parcial e final.

Pré-Requisitos: 1) Aprovação em Desenvolvimento Humano I e II; 2) Ter disponibilidade para o deslocamento até a instituição 2 vezes por semana; 3) Ter interesse para participar assiduamente das reuniões do Grupo de Pesquisa (encontros quinzenais); 4) Se o número de interessados for maior que o número de vagas ofertadas, será realizado um processo seletivo.

Características do Produto Final: Produção de relatório com fundamentação científica consistente, descrição pormenorizada da metodologia e discussão dos dados com a literatura de maneira propositiva e articulada. Dependendo da qualidade do relatório, os estudantes serão encorajados a apresentarem o relato de experiência em reuniões científicas ou até mesmo encaminhar o material para eventual publicação em periódicos especializados.

Referências

Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no sul do Brasil. *Interação em Psicologia*, 18(1), 47–57.

Botelho, A. P., Moraes, M. C. M. B., & Leite, L. C. (2015). Violências e riscos psicossociais: abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 7–16.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Brasil. (2009). *Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária: Orientações técnicas – serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF.

Cerqueira-Santos, E., Rezende, N., & Correa, P. (2010). Adolescentes vítimas de exploração sexual: um estudo de casos múltiplos. *Contextos Clínicos*, 3(2), 113–123.

Cunha, M. P., & Borges, L. M. (2013). Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) na infância e na adolescência e sua relação com a violência familiar. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 33(85), 312–329.

Deslandes, S., Mendes, C. H. F., Lima, J. S., & Campos, D. S. (2011). Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(8), 1633–1645.

Giacomello, K. J., & Melo, L. L. (2011). Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1), 1571–1580.

Gobbi, M. (2012). Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. *Educar em Revista*, 43, 135–147.

Gomes, M. A., & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: Uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357–369.

Habigzang, L. F., Ramos, M. S., & Koller, S. H. (2011). A revelação do abuso sexual: Medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 467–473.

Leigh, J. T. (2014). Crossing the divide between them and us: Using photography to explore the impact organizational space can have on identity and child protection practice. *Qualitative Social Work*, 14(3), 399–415.

Livramento, A. M., Brasil, J. A., Charpinel, C. P., & Rosa, E. M. (2012). A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. *Argumentum*, 4(1), 173–186.

Masten, A. S. (2014). Global perspectives on resilience in children and youth. *Child Development*, 85(1), 6–20. <https://doi.org/10.1111/cdev.12205>

Menezes, M., Moré, C. L. O. O., & Cruz, R. M. (2008). O desenho como instrumento de medida de processos psicológicos em crianças hospitalizadas. *Avaliação Psicológica*, 7(2), 189–198.

Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., & Carellos, S. M. S. D. (2011). A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. *Psicologia em Revista*, 17(1), 161–180.

Munford, R., & Sanders, J. (2015a). Young people's search for agency: Making sense of their experiences and taking control. *Qualitative Social Work*, 14(5), 616–633.

Munford, R., & Sanders, J. (2015b). Components of effective social work practice in mental health for young people who are users of multiple services. *Social Work in Mental Health*, 13, 415–438.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316–331.

Sanders, J., Munford, R., & Liebenberg, L. (2017). Positive youth development practices and better outcomes for high-risk youth. *Child Abuse & Neglect*, 69, 201–212.

Siqueira, A. C. (2012). A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 437–444.

Docentes: Profa. Dra. Elizabeth (“Lisa”) Barham

Projeto: "Gestão de Pessoas no Trabalho"

Objetivo do projeto de intervenção: Proporcionar ao aluno uma experiência prática na área de gestão de pessoas no trabalho, que possibilite um melhor conhecimento de algumas das atividades desenvolvidas por um psicólogo no âmbito de organizações (públicas ou privadas). O estágio requer o desenvolvimento de um projeto, de comum acordo com a organização onde vai estagiar, representativo das atividades normalmente realizadas por um psicólogo que atue na área de gestão de pessoas no trabalho (recursos humanos). Esses projetos tipicamente incluem: aprimoramento do processo de seleção; análise de cargos; avaliação do grau de satisfação ou de engajamento no trabalho e identificação de necessidades para melhorias nas práticas ou políticas da organização (especialmente na área de teletrabalho, ou *home office*); preparação e aplicação de programas de capacitação para melhorar a qualidade de vida no trabalho (por exemplo, melhorar a capacidade dos funcionários para lidar com estresse, melhorar a qualidade das comunicações interpessoais, equilíbrio trabalho-vida pessoal).

Contexto acadêmico de realização do trabalho: Os projetos serão desenvolvidos em organizações que concordaram em oferecer uma vaga que demanda até um máximo de 30 horas para alunos do Curso de Graduação em Psicologia da UFSCar. Não é um pré-requisito, mas será dada preferência para alunos que estão participando de processos seletivos ou que já passaram em um processo de seleção e já

conseguiram uma vaga na área de GPT, em uma organização. Caso o aluno espere dedicar mais de 12 horas às atividades de estágio, além de inscrever-se na disciplina obrigatória de estágio supervisionado, o aluno precise se inscrever, também, na disciplina “Estágio não obrigatório” 5 ou 7 (primeiro semestre) e 6 ou 8 (segundo semestre). São disciplinas eletivas, necessárias para regularizar seu envolvimento para além de 12 horas (neste projeto, como em qualquer outro projeto de estágio que exige dedicação além da carga horária prevista nos estágios obrigatórios).

Objetivos de ensino: Capacitar o aluno para que possa planejar, oferecer e avaliar serviços na área de Psicologia Organizacional e de Trabalho.

Atividades previstas durante as disciplinas: atividades práticas na organização (mínimo de 12 horas por semana, mas usualmente as organizações requerem entre 20 e 30 horas de trabalho, semanais), encontros para orientação individual, conforme as necessidades do aluno, e encontros ao menos quinzenais com os demais estagiários do grupo para avaliação e discussão de questões teórico-práticas (nas segundas, das 14h00 – 16h00).

Local de realização das atividades: em organizações públicas ou privadas.

Atividades práticas e possibilidades de vagas previstas:

Os alunos devem procurar e participar de processos seletivos junto as organizações de seu interesse, em São Carlos ou próximo a São Carlos. É preciso ter um psicólogo vinculado à organização contratante, que será responsável para supervisionar as atividades do estagiário, dentro da organização.

Procedimentos previstos: As atividades desenvolvidas no decorrer do projeto frequentemente incluem a preparação e a realização de entrevistas com os trabalhadores; análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos; preparação de recomendações de medidas que a organização pode tomar para lidar com as consequências dos problemas identificados, preparação de materiais e condução de atividades de capacitação ou treinamento e a avaliação dos resultados.

Produto final esperado: Relatório final organizado de tal forma a mostrar o trabalho realizado, o embasamento teórico utilizado e uma descrição

dos procedimentos usados, além da identificação dos problemas principais encontradas e recomendação de medidas para solução destes.

Pré e co-requisitos: As atividades de supervisão ocorrerão nas segundas de tarde, das 14 – 16h00.

Bibliografia básica:

Beckel, J., & Fisher, G. (2022). Telework and Worker Health and Well-Being: A Review and Recommendations for Research and Practice. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(7), 3879. <https://doi.org/10.3390/ijerph19073879>

Brandão, H. P., & Bahry, C. P. (2005). Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 179-194. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/224>

Cavalcante, M. M., Siqueira M. M. M., Kuniyoshi, M. S. (2014). Engajamento, bem-estar no trabalho e capital psicológico: um estudo com profissionais da área de gestão de pessoas. *Revista Pensamento & Realidade*, 29(4), 42-64.

Hobfoll, S. E., Halbesleben, J., Neveu, J., & Westman, M. (2018). Conservation of Resources in the Organizational Context: The Reality of Resources and Their Consequences. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 5(1), 103-128. <https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-032117-104640>

Moore, G. F., Audrey, S., Barker, M. Bond, L. Bonell, C. Hardeman, W. Moore, L., O'Cathain, A., Tinati, T. Wight, D. & Baird, J. (2015). Process evaluation of complex interventions: Medical Research Council guidance. *British Medical Journal*, 350:h1258.

Mourão, L.; Zerbini, T.; Abbad, G. S. (Orgs.) (2012). *Medidas de Avaliação em Treinamento, Desenvolvimento e Educação: Ferramentas Para Gestão de Pessoas*. Porto Alegre - RS: Artmed.

Robbins, Stephen, P., Judge, T. & Sobral, F. (2010). *Comportamento Organizacional*. (14a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Prentice Hall/Livros Técnicos e Científicos.

Travassos, V. D. C. (2019). *A importância das Soft Skills nas competências profissionais* (Tese de doutorado). <http://hdl.handle.net/10400.26/31936>

Vilarinho, K., Paschoal, T., & Demo, G. (2021). Teletrabalho na atualidade: quais são os impactos no desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho? *Revista do Serviço Público*, 72, 133-162. <http://doi.org/10.21874/rsp.v72.i1.4938>

Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A. V. B. (2011). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre - RS: Artmed.

Docente: Profa. Dra. Heloisa R. Zapparoli

Projeto: “Terapia Analítico-Comportamental”

Contextualização: A Terapia Analítico-Comportamental Breve é um serviço de apoio psicológico que tem como foco principal a queixa do cliente e a formulação do caso, no sentido de compreender, o mais rápido e detalhadamente possível, as variáveis que atuam tanto sobre a queixa quanto a comportamentos não-adaptativos a ela correlacionados. O objetivo da Terapia Analítico-Comportamental Breve é buscar que o cliente maximize a qualidade de vida e de saúde mental. Suas principais características são: oferecer escuta não punitiva, acolhimento, validar os relatos de eventos íntimos e pessoais, levantar/avaliar o repertório comportamental e da rede de apoio, aconselhar e orientar.

Objetivos do projeto de intervenção: Realizar avaliação comportamental e oferecer acompanhamento e apoio psicológico

individual, em Terapia Analítico-Comportamental Breve, para usuários da Unidade Saúde Escola (USE), na Linha de Cuidado em Saúde Mental.

Objetivos de ensino:

1. Caracterizar necessidades sociais que podem ou devem ser atendidas com proposição ou continuidade do acompanhamento e apoio psicológico prestado;
2. Apresentar proposta de acompanhamento e apoio psicológico, compatível com necessidades identificadas;
3. Conduzir acompanhamento e apoio psicológico, individual e/ou em grupo;
4. Avaliar resultados do acompanhamento e apoio psicológico ofertado.

Atividades previstas

Os estudantes deverão realizar avaliação comportamental, acompanhamento e oferecer apoio psicológico na modalidade presencial sob a perspectiva da Terapia Analítico-Comportamental. Para tanto, os estudantes deverão contatar os pacientes, marcar uma entrevista inicial e realizar a avaliação do caso clínico. O estudante irá conduzir os atendimentos, realizar avaliação, planejar e implementar intervenções e, por fim, avaliar os resultados da intervenção. O estudante deverá manter contato com outros profissionais da saúde (quando necessário) e registrar os atendimentos por meio de prontuário.

Durante o primeiro mês do estágio ocorrerão reuniões semanais para: (1) Discussão de textos e literatura relacionados com a prática do psicólogo em clínica comportamental e conceitos que fundamentem as intervenções planejadas; (2) apresentação e treinamento para as intervenções; e (3) Capacitação nas rotinas e normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Unidade Saúde-Escola.

O estagiário deverá participar de reuniões semanais com o supervisor para discussão das atividades desenvolvidas durante a semana; nestas reuniões serão realizados a avaliação e o planejamento da continuidade da intervenção.

População atendida

A população atendida será composta pela população da cidade de São Carlos (SP), usuária dos serviços prestados pela Unidade de Serviço Escola (USE) da Universidade de São Carlos.

Procedimentos previstos

Durante o processo de avaliação, acompanhamento e apoio psicológico, individual, o aluno deverá: realizar entrevistas, aplicar e analisar questionários e inventários, registrar as sessões em arquivo de áudio (com permissão do cliente), analisando o produto deste registro. O estagiário deverá realizar todos os registros exigidos junto à USE, especialmente o Prontuário, de forma tal que possibilite a ação interdisciplinar e o cumprimento das exigências legais normatizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

As estratégias de ensino serão o atendimento clínico presencial, a supervisão na modalidade presencial e a categorização de comportamentos do cliente e do terapeuta em princípios comportamentais. O atendimento clínico permitirá o contato direto do estudante/terapeuta com aspectos da prática clínica, como entrevista clínica, relação terapêutica, intervenção, avaliação, além do contato com o comportamento do próprio terapeuta. Todos os alunos terão experiência em atendimento psicológico individual. Todas as sessões serão gravadas, quando autorizadas pelo(s) paciente(s) e as sessões serão discutidas em supervisão.

A supervisão ocorrerá em grupo, semanalmente, com duas horas de duração em dia a ser combinado na primeira supervisão, de acordo com a grade acadêmica oficial (segundas ou sextas-feiras). Durante a supervisão, os atendimentos serão planejados de acordo com a Terapia Analítico-Comportamental, incluindo conhecimentos e práticas de terapias de terceira onda, como da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), visando atingir demandas específicas de cada caso. As supervisões serão ocasião para discussão dos casos clínicos atendimentos pelos estudantes do estágio.

Produto final: Relatório de atividades desenvolvidas e relatório de caso clínico. Relatório de caso clínico: cada caso individual atendido deve receber um tratamento final escrito na forma de estudo de casos; esta descrição deve ser realizada de forma tal que possa ficar acessível para consultas profissionais e dos estagiários que possam eventualmente vir a atender cliente que continuarão o processo terapêutico em um novo semestre. Esta descrição de um estudo de caso deve estar apresentada como uma formulação funcional, compatível com o tempo disponível para sua elaboração.

Critérios mínimos de seleção:

Critérios mínimos de seleção: ter cursado e ter sido aprovado em Processos Básicos em Psicologia 2 e Processos Básicos de Aprendizagem (ou equivalentes). Se o número de interessados às vagas de estágios oferecidas for maior que o número proposto, a escolha do aluno se dará por análise do histórico escolar daqueles que pleiteiam as vagas, considerando como critérios, em ordem decrescente: (1) número de disciplinas optativas que envolvam em seu conteúdo Análise do Comportamento e (2) desenvolvimento de pesquisas em Análise do Comportamento. Os alunos serão selecionados por análise dos critérios especificados acima através de exame do currículo e do histórico escolar, quando for o caso. Entrevistas poderão ser realizadas se persistir empates após a análise do histórico e currículo.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Nas semanas iniciais do semestre letivo serão implementados treinamentos especiais que envolvem o atendimento na USE e no programa em saúde mental, com presença obrigatória. Os alunos que não comparecerem a estas atividades por motivos legalmente justificáveis **poderão ter suas atividades, no exercício do estágio, comprometidas ou prejudicadas.**

Bibliografia Básica:

BORGES, Nicodemos Batista; CASSAS, Fernando Albregard. **Clínica analítico-comportamental:** aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed, 2012. 312 p. ISBN 978-85-363-2648-1.

FARIAS, Ana Karina C. R. de. **Análise comportamental clínica:** aspectos teóricos e estudos de caso. Porto Alegre: Artmed, 2010. 341 p. (Biblioteca Artmed Terapia Cognitivo-Comportamental). ISBN 978-85-363-2100-4.

KOHLBERG, Robert J.; TSAI, Mavis. **Psicoterapia analítica funcional: criando relações terapêuticas intensas e curativas.** Santo André: ESETec Editores Associados, 2006. 238 p. ISBN 85-88303-02-7.

MARTIN, Garry; PEAR, Joseph. **Modificação de comportamento:** o que é e como fazer. 8. ed. São Paulo: Roca, 2009. 544 p. ISBN 978-85-7241-825-6.

Bibliografia Complementar (e outras a depender das demandas de cada caso):

DOUGHER, Michael J.; HACKBERT, Lucianne. Uma explicação analítico - comportamental da depressão e o relato de um caso utilizando procedimentos baseados na aceitação. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo , v. 5, n. 2, p. 167-184, dez. 2003 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200007&lng=pt&nrm=iso

HAYES, S. C. Entendendo a espiritualidade. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 191–202, 2020. DOI: 10.18761/PAC.2019.v10.n2.01. Disponível em: <https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/623>.

NEVES, A. B.; CIHON, T. Análise Funcional Culturo-Comportamental: Diretrizes para incluir fenômenos culturais na clínica analítico comportamental. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], p. 103–121, 2023. DOI: 10.18761/vecc0122023. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/980>.

SKINNER, B. F.. Seleção por consequências. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo , v. 9, n. 1, p. 129-137, jun. 2007 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso

ZAMIGNANI, Denis Roberto; BANACO, Roberto Alves. Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo , v. 7, n. 1, p. 77-92, jun. 2005 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100009&lng=pt&nrm=iso

Docente: Profa. Dra. LUCIANA NOGUEIRA FIORONI - CRP:
06/51069

Projeto: Práxis em Saúde Mental na RAPS local

Orientações iniciais: Esta proposta visa ofertar, de forma articulada, ações de estágio em pontos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): serviços de saúde da atenção especializada em Saúde Mental e da Atenção Básica. Cada equipamento terá seu conjunto de ações próprias, bem como o acompanhamento dos profissionais psis dos cenários de prática (no campo de estágio). As supervisões teóricas com a docente orientadora serão em conjunto e também algumas ações transversais de fortalecimento da RAPS e de Educação Permanente em Saúde (EPS) a serem pactuadas com as equipes dos serviços. **Os cenários de prática para 2026 serão confirmados posteriormente.**

Docente orientadora responsável: Luciana Nogueira Fioroni
Profissionais psicólogos dos serviços (supervisores locais): *a definir*

População alvo: usuári@s e familiares do Sistema Único de Saúde (SUS) que são acompanhad@s pelos serviços de saúde que constituem os cenários de prática do estágio.

Vagas - 4 vagas para 4o. Ano e 4 vagas para o 5o. Ano) - **total - 08 vagas**
Disponibilidades mínimas requeridas - 3a. de manhã,

Período letivo: 09/03/2026 a 15/12/2026

1º. sem. letivo: 09/03/26 – 17/07/26

2º. sem. letivo: 17/08/26 – 15/12/26

Esta proposta visa promover e articular ações de saúde mental em pontos específicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) local, tanto a atenção especializada quanto a Atenção Básica (AB). O município de São Carlos apresenta fragilidades importantes na resposta eficaz às demandas de saúde mental, considerando a responsabilidade social da UFSCar e as diretrizes para as parcerias ensino-serviço, desejamos com esta proposta apoiar a oferta de ações de cuidado em saúde mental, colaborar no fortalecimento da parceria ensino-serviço e ofertar espaços potentes e protegidos para a formação de estudantes de psicologia nos cenários do SUS. O desenho do estágio em diferentes cenários justifica-se no sentido de fortalecer o Cuidado Integral e em Rede, pois existem inúmeras demandas de SM identificadas na AB que não conseguem ser acolhidas pelos equipamentos da atenção estratégica. Além disso, o desenho permite que estudantes possam vivenciar o modelo de apoio matricial, para além das ações assistenciais previstas. O conjunto de atividades será definido a partir das especificidades de cada ponto da RAPS, em conjunto com atores participantes (coordenação do projeto, estudantes, gestores e profissionais parceiros da secretaria municipal de saúde e respectivos equipamentos de saúde). As atividades terão como foco o cuidado em saúde mental e também o apoio à capacitação das equipes de saúde.

As atividades das/os/es estudantes serão acompanhadas semanalmente pela supervisora, e também apoiadas pelas profissionais psi dos equipamentos de saúde - supervisores locais.

Apresentação e justificativas:

A proposta está inserida no seguinte quadro teórico-conceitual transversal: Psicologia Social da Saúde / Saúde Coletiva / Abordagem psicodinâmica em Saúde Mental / Atenção Psicossocial / Formação e Trabalho em Saúde / Educação Permanente em Saúde e Interprofissionalidade.

Apresenta-se uma discussão do processo saúde-doença como fenômeno social, buscando repensar a prática psi (e em saúde mental) em contextos comunitários e institucionais recorrendo a instrumentos, métodos e técnicas que vêm sendo constituídas pela Psicologia Social da Saúde em interface com a Saúde Mental Coletiva. Tomamos como centrais os conceitos de Cuidado, Sujeito, Linguagem, Saúde Mental, Processos de Adoecimento, Vulnerabilidade e Intersubjetividade. Discute-se a necessidade da construção do diagnóstico institucional enfocando a compreensão e análise do contexto onde serão desenvolvidas as práticas, bem como o conhecimento da população alvo (usuários dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e de UBS, equipe de saúde), suas dificuldades, valores, preferências e práticas. Destaca-se o papel da Psicologia em relação aos diferentes contextos de atenção na saúde pública, enfocando-se os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), o modelo de atenção psicossocial, e a construção da práxis em saúde mental. Apresentam-se as possibilidades de atuação das psicólogas em equipe multiprofissional, além de apoiar a qualificação de demais práticas de cuidado em saúde mental por outros núcleos profissionais, buscando a construção da interprofissionalidade e do trabalho colaborativo. Neste sentido, destacamos que a própria UFSCar tem reconhecido e valorizado esta dimensão a partir de iniciativas institucionais como a CASM, COPEPES, o projeto de Educação Interprofissional e Prática Colaborativa que em breve estará vinculado ao Programa Ação Docente da UFSCar.

Este projeto tem também como diretrizes éticas e teórico-metodológicas a interface entre a Psicologia Social Crítica (PSC), a Saúde Coletiva (SC), abordagens construtivistas de formação e a política de educação permanente em saúde (EPS). A PSC e a SC permitem a

compreensão do sujeito social, dos determinantes psicossociais de saúde mental e de um modelo de cuidado pautado na atenção psicossocial e nas práticas emancipatórias. A formação de estudantes e dos profissionais de saúde, no último caso, a partir da EPS, é compreendida a partir da práxis e da dialogia, e representa contribuição fundamental para a melhoria da assistência em SM na RAPS.

Os cenários de prática em saúde mental também apresentam um conjunto de desafios pertinentes a construção da Rede de Atenção Psicossocial, aos efeitos do desmonte do SUS, em especial da saúde mental, e das fragilidades de garantir formação e educação permanente para as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A partir destas considerações, apostamos nas potências do fortalecimento da articulação ensino-serviço e da responsabilidade das instituições formadoras, em especial, as universidades públicas, em assumir um papel protagonista tanto na formação de futuros profissionais de saúde mental, como fortalecer as práticas cotidianas de cuidado e gestão em saúde mental.

A presença de estudantes nos cenários de prática, interagindo de forma técnica e ética representa uma dimensão política bastante importante para o fortalecimento da relação ensino-serviço, oferece oportunidades de aprendizagem significativas no mundo real do trabalho aos discentes. Em complementaridade, a oferta de espaços de troca, capacitação e de EPS as trabalhadoras do SUS nestes equipamentos, além de fortalecer a relação ensino serviço, pode ter como desdobramento a melhora das ações de cuidado em saúde mental e o fortalecimento da RAPS.

Destacamos ainda que o conjunto de processos e produtos vinculados a este projeto poderão ser sistematizados e derivarem produtos técnicos e acadêmicos, considerando todos os cuidados éticos necessários.

Objetivos do Projeto Práxis em Saúde Mental na RAPS local:

1) Desenvolver habilidades e competências básicas para atuação junto à pessoas com sofrimento psíquico (adultos e pessoas que fazem uso problemático de substâncias psicoativas); 2) Aproximar estudantes do

campo de atuação da Psicologia/Saúde Mental na Saúde Pública; 3) Promover a aprendizagem de teorias e técnicas de investigação, intervenção e avaliação psicossocial e em saúde mental; 4) Problematicar os determinantes do processo saúde/doença junto aos demais profissionais, usuários do serviço de saúde; 5) Sensibilizar as/os estudantes para o compromisso com a atuação interprofissional no SUS.

Contexto acadêmico de realização do trabalho: Serviço Escola de Psicologia – SEPSI DPSI - UFSCar.

Campo de Intervenção da Prática: Prefeitura Municipal de São Carlos/SP – Secretaria Municipal de Saúde - *cenários específicos a definir.*

Objetivos de ensino:

1. Refletir sobre o processo de sofrimento psíquico e suas implicações tanto para a pessoa quanto para os familiares;
2. Refletir sobre os determinantes psicossociais do sofrimento psíquico bem como da produção das subjetividades contemporâneas;
3. Compreender o funcionamento da RAPS local, conhecer e se apropriar criticamente da Política Nacional de Saúde Mental e na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB);
4. Estabelecer relações entre os campos teóricos da Psicologia Social/Psicodinâmica/Abordagens Grupais/Saúde Coletiva e as realidades observadas;
5. Fortalecer a formação em Psicologia no campo da saúde coletiva e saúde pública;
6. Desenvolver habilidades para comunicação e vínculo com população atendida no serviço;
7. Conhecer, se apropriar e aplicar tecnologias de cuidado psicológico individual e grupal em saúde mental;
8. Conhecer, se apropriar e aplicar tecnologias de cuidado na AB com foco na promoção da saúde e suporte psicossocial;
9. Conhecer, se apropriar e desenvolver postura colaborativa e interprofissional nas ações de cuidado psicossocial.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Compreender o funcionamento dos serviços especializados e da atenção básica;
- Refletir sobre o processo de sofrimento e vulnerabilidade psicossocial em crianças, adolescentes e jovens;
- Refletir sobre o consumo de substâncias psicoativas e suas implicações na atualidade tanto para a pessoa quanto para os familiares;
- Desenvolver habilidades, para a condução de atendimentos psicoterapêuticos individuais ou em grupo com pessoas que fazem um consumo prejudicial de substâncias psicoativas (Resolução CFP nº 04/2020);
- Desenvolver habilidades, para a condução de acompanhamentos individuais e/ou em grupo;
- Compreender a atuação dos diferentes profissionais no protejo terapêutico singular (PTS) na perspectiva do trabalho interprofissional.
- Participar de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) junto às equipes de saúde
- Desenvolver habilidades, para a condução de suporte psicossocial em ações de cuidado individual ou grupal;

Atividades práticas previstas:

COMUNS:

1. Participar de reuniões semanais de preceptoria com a preceptora e o grupo de estagiários daquele cenário de prática específico, visando reflexão sobre a prática profissional (relato das atividades, planejamento e avaliação das ações, sugestão de material de apoio)
2. Participar de estudos teóricos mensais com a docente orientadora e o grupo completo do estágio, visando qualificar a formação teórico-prática transversal e crítica no campo da Saúde Mental e Atenção Psicossocial, discussão das leituras indicadas, reflexão sobre a prática profissional;

3. Participar das reuniões de discussão de caso com a rede intersetorial; fórum de saúde mental; reuniões de controle social no SUS; apoio matricial, educação permanente em saúde, etc.
4. Mapear a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no município;
5. Participar e realizar intervenção psicológica individual e coletiva;
6. Planejar e desenvolver projetos de intervenção considerando necessidades individuais e coletivas de saúde;
7. Levantamento bibliográfico, leituras, resenhas e confecção de diários de campo semanais;
8. Elaborar relatórios parcial e final.

Produto final esperado: Relatório mapeando as ações existentes nos cenários de prática e o papel da psicologia, avaliação das necessidades de saúde mental da população atendida, plano de trabalho para intervir a partir das necessidades detectadas. Deseja-se produzir alguma transformação nas práticas de cuidado em saúde e nas demandas de saúde dos usuários e familiares. Socialização do conhecimento produzido em congressos, encontros, seminários. Está previsto um relatório parcial e um relatório final de estágio, que deverá ser socializado com as equipes de saúde que receberem o grupo de estudantes. A estrutura do relatório será detalhada no início do semestre letivo.

Pré e Co-Requisitos: demonstrar compromisso acadêmico e com a prática, ter interesse e identificação com o tema da saúde mental e do SUS, ter **compromisso e desejo real de transformação social**, demonstrar **persistência e resiliência para atuar no contexto da Política Pública e com sofrimento psíquico**, ter disponibilidade interna e externa para entrar em contato com **novas realidades dos problemas de saúde e sociais da população atendida**, ser **pró-ativo**, ter habilidades para relação interpessoal em equipe, ter pontualidade nas atividades previstas, **priorizar** as atividades do estágio na semana típica da/o/e estudante.

Sugere-se fortemente que as pessoas interessadas possam cursar a disciplina optativa que será ofertada pela docente responsável no 1o. sem. de 2025 - Tópicos Especiais de Psicologia Social 2.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO: as pessoas que se candidatarem ao projeto deverão participar de uma conversa prévia com a docente visando explicar a dinâmica do estágio; deverão enviar uma carta de interesse justificando a escolha do projeto, preencher a atuo-avaliação em relação aos pré requisitos, e também preencher a semana típica, prevista para 2026, de atividades acadêmicas da pessoa que se candidatou, de acordo com o formulário em anexo. Estas informações são cruciais para avaliar a disponibilidade real das pessoas ao estágio. Este material deverá ser enviado por email para o endereço (lufioroni@ufscar.br) com título "carta de intenção para seleção de estágio" no campo assunto.

BIBLIOGRAFIA:

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

AYRES, J.R.C.M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC: UERJ / IMS: ABRASCO, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde Mental**. n.34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno HumanizaSUS. v.5 Saúde Mental**. 2015. 548 p.

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. **Manual de práticas de atenção básica. Saúde ampliada e compartilhada**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CAMPOS, R.O. **Psicanálise e Saúde Coletiva. Interfaces**. São Paulo: Hucitec, 2016.

DIAS, M.K.; FERIGATO, S.H.; FERNANDES, A.D.S.A. Atenção à Crise em saúde mental: centralização e descentralização das práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(2):595-602, 2020

FRANCO, T.B.; MERHY, E.L. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividades em saúde. Textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013.

D'AMOUR, D.; GOULET, L.; LABADIE, J.F.; MARTÍN-RODRIGUEZ, L.S.; PINEAULT, R. A model and typology of

collaboration between professionals in healthcare organizations. **BMC Health Services Research**, v.8:188, 2008. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/1472-6963/8/188>

LANCETTI, A. **A clínica como ela é. Série Saúde Loucura**. São Paulo: Hucitec, 2005.

LANCETTI, A. **Clinica Peripatética**. Série Políticas do Desejo. São Paulo: Hucitec, 2016.

LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. Série Políticas do Desejo. São Paulo: Hucitec, 2015.

PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. **Saúde Coletiva. Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Med Book. 2014.

SPINK, M.J. **Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Tese de doutorado**. Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

SEMANA TÍPICA REQUERIDA

Dia/horário	2 ^a .	3 ^a .	4 ^a .	5 ^a .	6 ^a
Manhã					Reunião equipe CAPS
Tarde	14h-17h Supervisão semanal com Luciana			Reunião de equipe USF	14h-15 Encont mensa estudo Lucian
Noite					

ANEXO - Modelo de carta de interesse e semana típica acadêmica prevista para 2026

Carta de Interesse: (deve ter 1 página, letra Times ou Arial 12)

Nome:

Período no curso:

Justificativa do interesse no estágio e possíveis habilidades que a pessoa julga ter, que seriam proveitosas para desenvolver este projeto de estágio:

Em relação aos critérios abaixo, considere a escala Likert e indique como você se avalia:

1 - muito insatisfatório; 2 - insatisfatório; 3 - pouco satisfatório; 4 - satisfatório; 5 - bastante satisfatório

- i) compromisso acadêmico e com a prática ()
- ii) interesse e identificação com o tema da saúde mental e do SUS ()
- iii) **compromisso e desejo real de transformação social** ()
- iv) **persistência e resiliência para atuar no contexto da Política Pública e com sofrimento psíquico** ()
- v) disponibilidade interna e externa para entrar em contato com **novas realidades dos problemas de saúde e sociais da população atendida** ()
- vi) **pró-atividade** ()
- vii) habilidades para relação interpessoal em equipe ()
- viii) pontualidade nas atividades previstas ()
- ix) **priorizar** as atividades do estágio na semana típica da/o/e estudante ()

Semana Típica Acadêmica prevista para 2026:

Sistematizar em um quadro com as atividades que a pessoa planeja desenvolver no ano letivo de 2026, indicando dias da semana e horários.

Incluir tanto as atividades obrigatórias (estágio) quanto as extracurriculares - sempre atividades acadêmicas. Não indicar atividades de cunho pessoal ou que não se relacionam com a vida acadêmica da pessoa.

Docente: Profa. Dra. MARIA CRISTINA DI LOLLO - CRP:
06/15779

Projeto: A escuta psicanalítica: entrevista, atendimento psicológico, matriciamento, psicoterapia".

SE VOCÊ NÃO QUER TER ATIVIDADES DE ESTÁGIO ÀS SEXTAS FEIRAS POR FAVOR NÃO SE INSCREVA NEM COMO ÚLTIMA OPÇÃO

Atuação em Hospitais e/ou outras Instituições ou Unidades de Saúde semelhantes.

*** Instituições de saúde onde a intervenção seja de nível primário, secundário e terciário entram no rol das possibilidades.**

NO ANO DE 2026 a atividade será no LIEPH, SEPSI, e Clínica da Dor (Centro de Referência no Atendimento Interdisciplinar em Dor) que acontece na USE

TODAS AS ATIVIDADES ESTÃO PROGRAMADAS PARA SEREM PRESENCIAIS.

População-alvo: Maiores de 18 anos com indicação e interesse de atendimento psicoterápico de orientação psicanalítica de serviços da saúde de natureza primária secundária e terciária.

Situação alvo: Realizar atendimento psicológico e matriciamento.

Objetivo geral do projeto de intervenção: Realizar atendimento psicológico à população alvo. Realizar matriciamento.

Contexto acadêmico de realização do trabalho - o projeto de intervenção é parte do serviço em Psicologia, é um projeto de extensão, e atende às exigências necessárias das disciplinas de intervenção em psicologia.

Objetivos específicos: 1. Ensinar noções básicas de atendimento psicológico. 2. Identificação de demandas de intervenção. 3. Propor e realizar intervenções a partir das demandas identificadas. 4. Realizar entrevistas iniciais para estudo de caso, sendo capaz de identificar as finalidades e fundamentar teórica e praticamente o procedimento. 5. Realizar, se possível, atendimento psicológico de pelo menos um caso.

Atividades práticas previstas e procedimentos: primeiros contatos e observação do contexto onde serão realizadas as atividades (poderá ser atividade interdisciplinar, onde o trabalho será em parceria com a equipe envolvida no projeto) ; planejamento da intervenção a ser implementada, realização de entrevistas, realização de atividades interdisciplinares com a equipe, realização de atendimento psicológico, **participação obrigatória** nas reuniões da Clínica da Dor e nas reuniões e supervisões agendadas tanto para supervisão como para discussões de casos, reuniões interdisciplinares, como discussões de textos referência teórico técnica que fundamentam a prática, elaboração de estudo de caso, elaboração de relatório.

OS ESTUDANTES DE ESTÁGIO 1 E 2 A PRINCÍPIO NÃO FARÃO ATENDIMENTOS SOZINHOS APENAS EM DUPLA, PELO MENOS INICIALMENTE, e participarão de

todas as demais atividades. Exceção será feita caso o estudante de estágio 1 e 2, 3 e 4 já tiver feito estágio ou extensão com a docente anteriormente.

Pré e co- requisitos:

IMPORTANTÍSSIMO: Seguir todas as regras, instruções e padrões USE para estagiários.

IMPORTANTÍSSIMO 1: participar das atividades da Clínica da Dor as sextas feiras das 13 às 17:30 horas. Isto só será flexibilizado para pessoas que já tiverem realizado estágio na Clínica da Dor. Por favor se não tem este horário disponível nem se inscreva.

IMPORTATÍSSIMO 2: Na segunda e na sexta feira ficar o máximo disponível TODO O DIA para o estágio será muito importante pois teremos que nos adequar a disponibilidade de salas do LIEPH, do SEPSI, possivelmente do DeAs e da USE para atendimento.

IMPORTANTÍSSIMO 3: Adequar se aos horários de disponibilidade de salas dos locais citados acima, dos Pacientes e da Supervisora responsável na INSTITUIÇÃO e da Prof.^a Responsável Maria Cristina Di Lollo, descritos logo abaixo.

No caso da Prof. Maria Cristina Di Lollo

Horários: A supervisão oficial é sempre às segundas feiras a partir das 13 horas. Disponibilidade de horário para supervisão fora do horário

previsto para a disciplina quando necessário. Os horários destas supervisões extra serão pactuados.

IMPORTANTÍSSIMO 4: DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO, DENTRO DO POSSÍVEL DOS HORÁRIOS DA GRADE DO CURSO, PARA A PRÁTICA FORA DOS HORÁRIOS DA DISCIPLINA EM FUNÇÃO DAS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO E DOS PACIENTES.

Requisito desejável: Estar fazendo psicoterapia.

Observação: as atividades não poderão ser interrompidas em caso de greve na UFSCar. As férias seguirão as determinações dos locais de estágio, levando se em conta as regras de cada Instituição e **normas éticas da nossa profissão pois alguns pacientes não poderão ter férias longas por necessidade do atendimento.**

Bibliografia Básica:

Moretto, M.L.T. , O Que Pode Um Analista No Hospital, SP, Casa do Psicólogo, 2002, primeira edição. Freud, S. Obras Psicológicas Completas, Buenos Aires, Amorrortu Editores.

Nasio, J. D. O prazer de ler Freud. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 1999.

Nasio, J. D. (1997). *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Nasio, J-D. (2008). A dor física. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. Eizirik, C. L.; Aguiar. R. W. de; Schestatsky, S.S. (Org.) Psicoterapia de Orientação Psicanalítica: Fundamentos teóricos e clínicos. 3. Ed. Porto Alegre, Artmed 2015.

Volich, R. M. (2000). *Psicossomática: de Hipócrates à Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Ferraz, F. C. (1997). Das neuroses atuais à psicossomática. Em Ferraz, F. C. & Volich, R. M. (Orgs.). *Psicossoma: psicossomática psicanalítica* (pp. 23-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Laplanche, J & Pontalis, J. B. (2004). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. Simonetti, A..Manual de Psicologia Hospitalar, SP, Casa do Psicólogo, 2004, primeira edição.

AVISO QUE ESTE ESTÁGIO PODERÁ FUNCIONAR DURANTE AS FÉRIAS. POR QUESTÕES ÉTICAS, QUALQUER AFASTAMENTO DO ALUNO, DEVERÁ ACONTECER COM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO/ACORDO COM A INSTITUIÇÃO, PACIENTE, COM O SUPERVISOR, E PROFESSOR. AS HORAS EXTRAS, SE ACONTECEREM, DEVERÃO SER ADEQUADAMENTE DOCUMENTADAS EM CERTIFICADO PRÓPRIO. LEMBRO A TODOS QUE EXISTEM RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL E DO CÓDIGO DE ÉTICA QUE REGEM NOSSAS ATIVIDADES.

Docente: Profa. Dra. Mariéle Diniz Cortez

Projeto: “Atuação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao autismo em contexto institucional”

Contextualização: A prevalência de diagnósticos de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tem aumentado drasticamente tanto no Brasil quanto em outros países. O TEA pode ser caracterizado como um transtorno de neurodesenvolvimento que implica em dificuldades na socialização e comunicação bem como em interesses restritos e comportamentos repetitivos. Esse transtorno é considerado como uma preocupação em termos de saúde pública dado seu início precoce, longa duração e grande número de prejuízos/atrasos associados. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido reconhecida, a partir de resultados de metanálises, como a intervenção baseada em evidência

mais efetiva para população com TEA. A ABA é, resumidamente, uma abordagem científica em que procedimentos baseados em princípios comportamentais são sistematicamente aplicados para 1) identificar variáveis ambientais que influenciam comportamentos socialmente significativos e 2) desenvolver intervenções individualizadas. Os resultados de metanálises sugerem que as intervenções abrangentes e de longo prazo baseadas em ABA levam a efeitos positivos de médio a grande porte em termos de funcionamento intelectual/cognitivo, desenvolvimento da linguagem, aquisição de habilidades de vida diária e socialização em crianças com autismo.

Objetivo do projeto de intervenção – A oferta de serviços de Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pessoas com TEA tem crescido exponencialmente no Brasil, fazendo surgir preocupações com a formação e qualificação dos profissionais. A falta ou má formação em Análise do Comportamento pode impactar, negativamente, nos atendimentos prestados às pessoas com TEA e suas famílias, por meio da oferta de práticas de baixa qualidade ou eticamente questionáveis. Neste contexto, a formação em serviço, isto é, a experiência prática supervisionada em contexto institucional, se constitui em uma oportunidade para o desenvolvimento de habilidades importantes para a atuação do profissional em psicologia que têm por objetivo ofertar serviços à população com TEA em intervenções baseadas em ABA. O presente projeto de intervenção visa desenvolver, na população-alvo (crianças com autismo), comportamentos socialmente relevantes, nas mais diferentes áreas (linguagem, cognição, socialização, autocuidado, etc), de maneira ética e cientificamente orientada.

Contexto de realização do trabalho: As atividades práticas serão desenvolvidas na Associação APIA (Aprendizagem, Pesquisa e Intervenção em ABA), na cidade de São Carlos. Fundada em 2025, a APIA visa promover a divulgação e o ensino da Análise do Comportamento e oferecer atendimentos baseados em Análise do Comportamento Aplicada. Em 2026, a previsão é de que os atendimentos sejam realizados no período da tarde. Desta forma, os interessados no

estágio devem ter disponibilidade de, no mínimo, 12 horas, no período da tarde.

Docentes responsáveis: Mariéle Diniz Cortez (supervisora) e Nassim Chamel Elias (consultor).

Preceptor na Associação APIA: Mateus Gregorio Toti (Diretor Clínico). Mateus é psicólogo formado pela UFSCar e mestre em Análise do Comportamento pelo Instituto Par. É analista do comportamento certificado internacionalmente (QBA 15763) e instrutor do PCM. Tem especialização em Análise do Comportamento Aplicada pelo CBI of Miami e formação em terapia por contingências de reforçamento pelo ITCR-Campinas. Nos últimos anos, foi responsável pela implementação de serviços terapêuticos multidisciplinares e transdisciplinares baseados em ABA, supervisionando equipes de 100-150 profissionais de diferentes áreas.

Objetivos de ensino: é esperado que os estagiários desenvolvam as competências previstas nos planos de ensino das disciplinas correspondentes ao perfil, nas condições específicas oferecidas pelo campo em que serão realizadas as atividades práticas.

Atividades práticas previstas: 1) aplicar os procedimentos de ensino nos aprendizes; 2) registrar e analisar dados relativos aos progressos dos aprendizes nos programas de ensino; 3) elaborar materiais para as intervenções; 4) participar da capacitação a ser realizada antes do início das atividades; 5) participar das reuniões de supervisões semanais junto com docentes responsáveis e equipe da APIA; 6) realizar leituras e discussão de material bibliográfico relevante para os casos e para a formação da/os estagiários; 7) elaborar relatórios parcial e final.

Pré-requisitos e co-requisitos- Pontualidade; comprometimento acadêmico e com a população a ser atendida; interesse em Análise do Comportamento; interesse em atender crianças com autismo; experiência

prévia em atividades (estágios, monografia ou IC) em Análise do Comportamento; disponibilidade de, no mínimo, 12 horas no período da tarde ao longo da semana.

Produto final esperado – Além das atividades práticas desenvolvidas ao longo de todo o período, ao final do estágio, é esperada a elaboração, pelos estudantes, de relatórios de intervenção, especificando: ponto de partida do trabalho (avaliação inicial), objetivos comportamentais, relato das atividades de intervenção realizadas, produtos (material e procedimentos) gerados para intervenção, avaliação da intervenção, propostas de continuidade para o trabalho.

Número de vagas – 5 (vagas)

Importante: Os estudantes selecionados, previamente, em processo seletivo para estágio remunerado realizado diretamente pela APIA deverão inscrever-se neste projeto, como primeira opção, para não exceder a quantidade máxima de horas prevista na Lei de Estágio.

Estudantes interessados em conhecer melhor a Associação APIA podem acessar a página no Instagram @apia.aba

Docente: Profa. Dra. RACHEL DE FARIA BRINO - CRP: 06 /57363-0

Projeto: Acolhimento a estudantes de graduação ingressantes na UFSCar

A conjuntura atual, as condições estruturais desafiadoras, os desafios da diversidade de necessidades, a avassaladora onda do uso da tecnologia, e muitas outras questões têm trazido à tona a necessidade premente de

ações preventivas que identifiquem, problematizem e preparem ações para lidar com as mudanças provocadas pelo processo de ingresso de estudantes nas Universidades.

A Psicologia, como área de atuação, possui uma gama de possibilidades de ações preventivas e de enfrentamento a fatores que possam culminar em agravos à saúde mental e instabilidade emocional, tais como as mudanças previstas pelo ingresso de estudantes no ensino superior.

A partir de uma abordagem crítica, deslocada do modelo biomédico, que avance em relação aos atendimentos psicoterapêuticos individuais (sem desmerecer a necessidade deste em diversos contextos e cenários), propõe-se ações com abordagem grupal, preventiva, que identifique contextos, condições, fatores de vulnerabilidade, recursos de proteção e possibilidades de alterar processos e resultados, por meio do manejo de condições e soluções criativas.

A presente proposta de atuação envolve atividades reflexivas, problematizadoras, interativas, não hierarquizadas, em grupo, promotoras da identificação de condições dificultadoras para estudantes ingressantes, ancoradas em diretrizes como, a não culpabilização por fracassos em desempenho acadêmico, rechaçando a ideia de dificuldades como inerentes aos indivíduos. Adicionalmente, a busca de soluções criativas e caminhos alternativos aos processos de aprendizagem tradicionais, que por muitas vezes, não alcançam todas as pessoas.

Público-alvo: estudantes ingressantes em cursos da UFSCar, campus São Carlos.

Locais de realização: Proace (Pró-reitoria de Assuntos Comunitários), CASM(Coordenadoria de Articulação em Saúde mental) e salas de departamentos da UFSCar.

Objetivos: Promover acolhimento à estudantes do 1º ano de cursos de graduação da UFSCar; Prevenir dificuldades relacionadas a mudanças ocasionadas pelo ingresso no ensino universitário; Possibilitar apoio e mediação no enfrentamento de dificuldades relacionadas aos processos de aprendizagem na Universidade; Prevenir situações que possam gerar ou agravar condições de vulnerabilidade emocional.

Atividades: Reverselecionar ou construírografia Escolar e Educacional no ensino universitário, em uma perspectiva crítica, identificando abordagens e estratégias para o planejamento de ações junto a estudantes, tendo como foco seus processos de aprendizagem e sua rotina acadêmica; Identificar e selecionar temas e estratégias visando o planejamento de ações junto aos estudantes primeiro anistas; Planejar oficinas, cursos e interações que promovam o acolhimento de estudantes as atividades universitárias; Planejar oficinas, cursos e interações que problematizem as vivências e rotinas acadêmicas de estudantes primeiro anistas; Planejar oficinas e cursos com enfoque na problematização de processos de aprendizagem; Selecionar ou construir instrumentos que possam avaliar e analisar as ações desenvolvidas; Participar de reuniões e grupos de supervisão, com profissionais da CASM e outro(a)s estudantes, bem como de supervisão com a orientadora do projeto.

Produto: Relatório parcial (ao final do primeiro semestre) e final (ao final do 2º semestre) de acordo com modelo do Serviço Escola em Psicologia (SePsi).

Docente: Profa. Dra. SABRINA MAZO D’AFFONSECA -
(CRP 06/71864)

Projeto: INTERVENÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

O projeto de intervenção a vítimas de violência consiste em fornecer atendimento psicológico a mulheres com histórico de violência

entre parceiros íntimos em parceria com a Clínica Restaurativa. O modelo de intervenção respalda-se na abordagem cognitivo-comportamental e em modelos de atendimento voltados a esse público-alvo. Os e as estagiários(as) de psicologia atuarão semanalmente para minimizar sintomas associados ao histórico de violência (problemas de comportamento, depressão, baixa autoestima, etc), desenvolver habilidades de proteção, resolução de problemas e favorecer o autoconhecimento. Para as mulheres que tenham filhos(as) haverá a possibilidade de ela e seus(suas) filhos(as) participarem do Programa Comunitário Vida Livre de Violência para Mães e Filhos.

Intervenção para mulheres vítimas de violência entre parceiros íntimos

Contextualização: A Organização Mundial de Saúde - OMS define a violência entre parceiros íntimos (VPI) por comportamentos emitidos pelo parceiro íntimo, ou ex-parceiro, que causem danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores. A violência entre parceiros íntimos pode ocorrer entre casais homo afetivos ou heterossexuais e não requer que haja intimidade sexual entre os parceiros (OMS, 2021). A violência acarreta consequências a curto e em longo-prazo para a saúde física, emocional e social das vítimas, requerendo ações para prevenir novas ocorrências de agressão (Ligório et al, 2025). Muitas mulheres que vivenciam relacionamentos violentos apresentam conflitos relativos ao relacionamento íntimo, sendo importante levá-las a refletir sobre os diferentes aspectos envolvidos em um relacionamento, assim como nos condicionamentos que mantêm a mulher em uma relação abusiva, permitindo-a compreender e expressar seus sentimentos relativos à situação vivenciada, bem como ampliar sua rede de apoio. Tal estratégia contribui não só para diminuir a ansiedade e angústia experienciadas, como também favorece o empoderamento das mulheres. O atendimento psicoterapêutico na abordagem cognitivo comportamental é o que tem apresentado maiores ganhos com essa população. A proposta do estágio

consiste em oferecer atendimento psicoterapêutico na abordagem Cognitivo-Comportamental de acordo com o proposto no Manual de Atendimento Psicológico de Mulheres com Histórico de Violência por Parceiro Íntimo (Habigzang & Curia, 2025), para ajudá-las a romper o ciclo de violência e lidar com as consequências da VPI na saúde emocional.

Embora nem todas as mulheres sejam mães, ser mãe em contexto de VPI pode levar a dificuldades na relação com os(as) filhos(as). Neste sentido, programas que visem à prevenção e amenização dos efeitos da violência, tanto para as mães quanto para seus filhos em situações de violência, apresentam-se como alternativas que podem interromper o ciclo de violência considerando a importância de todos os envolvidos serem acompanhados, e não apenas as vítimas diretas (D'Afonseca & Williams, 2011; Katz, 2014; Patias, Bossi & Dell'Aglio, 2014). O fortalecimento do laço entre mãe e filhos pode consistir em um ponto de apoio e/ou carinho que contribui para o fortalecimento dos indivíduos envolvidos, tornando-se um importante fator de proteção com vistas a minimizar o impacto da violência e favorecer o desenvolvimento de mais fatores de proteção. Logo, para mulheres que tenham filhos e filhas, ela e seus filhos serão convidados a participar de um programa de oito encontros com sessões paralelas para as mães e para os filhos(as). Com as mães serão discutidos tópicos relativos à comunicação eficaz, como fornecer apoio emocional e comportamental, e entender como a exposição à violência afeta as crianças. Com as crianças, as sessões envolvem reconhecimento, compreensão e comunicação de sentimentos; conversas sobre violência dentro da família; raiva e resolução de conflitos; e autoestima (Dibbs, 2015).

Referências

Habigzang, L. F., & Curia, B. G. (2025). *Manual para atendimento psicológico de mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo*. Editora Afirmativa.

Ligório et al (2025) Consequências da VPI para as mulheres. Em Habigzang, L. F., & Curia, B. G. (2025). *Manual para atendimento*

psicológico de mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo. Editora Afirmativa. (pp. 61-71)
World Health Organization. (2012). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. Geneva, Switzerland: Author.

Público-alvo: Mulheres encaminhadas à clínica Restaurativa, com idade acima de 18 anos que tenham histórico atual ou passado de violência íntima do parceiro

Local: Clínica Restaurativa - Unidade 1: Rua Rolando Rolemberg, 21, Vila Arnaldo, São Carlos- SP

Objetivos de ensino:

Objetivos gerais:

1. Capacitar os alunos para a aplicação de métodos e procedimentos de terapia cognitivo comportamental de maneira eficiente, ética e socialmente significativa;
2. Qualificar os alunos em princípios, métodos e procedimentos de terapia cognitivo comportamental para o atendimento a mulheres vítimas de violência

Objetivos específicos:

Ao final das atividades anuais o aluno deverá ser capaz de:

1. Identificar, descrever e problematizar as necessidades de mulheres/crianças e adolescentes encaminhados para atendimento psicoterapêutico.
2. Propor alternativas de intervenção à luz da teoria cognitivo comportamental a fim de transformar a realidade problematizada.
3. Fundamentar, teórica e praticamente, ações de intervenção propostas.
4. Planejar o acompanhamento ou a condução das ações de intervenção propostas.

5. Acompanhar e responsabilizar-se pelo desenvolvimento das ações de intervenção.
6. Registrar as intervenções realizadas, bem como os resultados obtidos.
7. Avaliar o desempenho da cliente exposta à intervenção de modo a verificar a eficácia dos procedimentos e propor modificações de intervenções pertinentes e guiadas pela análise de dados.

Atividades previstas:

1. Reuniões semanais com supervisor e com colegas no grupo de estágio com vistas a:
 - Problematização de situações reais
 - Indicação de fontes bibliográficas e de bibliografia
 - Definição e preparo de atividades práticas a serem realizadas- discussões conceituais das práticas a serem realizadas discussão de atividades práticas desenvolvidas- avaliação e reorientação de intervenção
2. Reuniões semanais de grupos de alunos para:
 - Proposição de atividades de intervenção
 - Planejamento de atividades de intervenção
 - Elaboração de recursos e procedimentos para desenvolvimento de atividades propostas
3. Atividades de intervenção reais em ambiente presencial - condução de atividades de intervenção individual e em grupo.

Procedimentos previstos: o aluno, durante o processo de avaliação, planejamento e intervenção, individual ou em grupo, deverá: realizar entrevistas, aplicar e analisar questionários e inventários, registrar as sessões pelos meios necessários para a completa análise dos dados, analisando o produto deste registro, discutir e propor procedimentos com a docente supervisora e com os demais participantes da equipe, implementar e acompanhar procedimentos de avaliação e intervenção.

Produto final: Relatório de atividades desenvolvidas; estudo de caso e relatório de intervenção.

Relatório de intervenção: cada caso individual atendido deve receber um tratamento final escrito na forma de estudo de casos; esta descrição deve ser realizada de forma tal que possa ficar acessível para consultas profissionais e dos estagiários que possam eventualmente vir a atender a cliente e que continuarão o processo de intervenção em um novo semestre.

Local da atividade prática: Clínica Restaurativa - Unidade 1

Horário das atividades práticas: A combinar com os alunos a depender das grades de cada ano e disponibilidade das(os) clientes.

Local da atividade de supervisão teórica: Departamento de Psicologia – Laprev ou Serviço Escola

Horário das atividades de supervisão teórica: Segunda-feira, das 14h às 18h

Docente: Profa. Dra. TAÍS BLEICHER - CRP 06/149771

Projeto: Políticas Públicas de Atenção Psicossocial e Assistência Estudantil na USP de São Carlos

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – foi uma primeira tentativa de oficializar a Assistência Estudantil como uma política pública, ainda frágil, uma vez que sua criação se deu por decreto presidencial. Mesmo assim, o PNAES, ao eleger eixos obrigatórios de atuação, busca alguma uniformidade entre o que é oferecido no campo, nas universidades e institutos federais brasileiros. Enumerar eixos e dirigir

recursos impulsiona a reflexão sobre as práticas até então desenvolvidas nas instituições e a necessidade de renová-las. No campo da Saúde, a atuação foi marcada pelo espontaneísmo, ausência de diagnósticos institucionais e pesquisas que embasassem as ações. A atuação pautada pela Atenção Psicossocial é fundamental, uma vez que o sofrimento psíquico tem grande importância sobre o fenômeno da evasão estudantil. A situação nas universidades e institutos estaduais, municipais e privados é ainda mais crítica, uma vez que muitos deles não contam com um programa equivalente ao PNAES. Nesse sentido, este projeto de estágio visa a que o aluno tenha uma experiência na criação e execução de uma política pública de Atenção Psicossocial e Assistência Estudantil na USP/São Carlos, articulada ao diagnóstico institucional e, portanto, à revisão bibliográfica e pesquisa do campo. O *locus* de atuação são os dois serviços modelo para o campo: Apoio USP e GAPSI.

Objetivo:

Contribuir na criação e na execução das políticas públicas de Atenção Psicossocial e Assistência Estudantil na USP/São Carlos e colaborar com outros *campi* parceiros.

Objetivos específicos:

- Conhecer o campo das políticas públicas de Atenção Psicossocial e da Assistência Estudantil, tendo a comunidade universitária como grupo específico;
- Atuar na promoção de saúde e na prevenção do sofrimento psíquico;
- Fazer diagnósticos situacionais e formular estratégias em distintos níveis de atenção;
- Conhecer as possibilidades de intervenção em Psicanálise, no campo da Saúde Coletiva;
- Pensar o campo de prática como articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

População-alvo:

Trabalhadores e alunos da USP/São Carlos.

Procedimentos:

- Acolhimento individual ou grupal e acompanhamento dos casos, segundo plano singular;
- Facilitação de grupos;
- Participação em reuniões de equipe, avaliação e planejamento de ações;
- Criação e execução da política de Atenção Psicossocial da USP;
- Atividades de psicoeducação de toda a comunidade universitária, incluindo a produção de material instrutivo e midiático;
- Levantamento de diagnósticos institucionais e reuniões de pactuação com gestores.

Habilidades e competências necessárias:

O Apoia USP e o GAPSI são dois serviços modelo no campo da Atenção Psicossocial e da Assistência Estudantil no âmbito universitário. Portanto, o compromisso com o trabalho assumido, as ações dentro da legalidade e da ética são condições fundamentais para o trabalho. O estagiário acompanhará alunos e trabalhadores com quadros psicopatológicos diversos e de diferentes gravidades. Portanto, necessita possuir habilidades tanto clínicas quanto relativas às intervenções psicossociais, institucionais e educacionais. As orientações adotam a Psicanálise como teoria de psiquismo. Os alunos precisarão, necessariamente, participar de treinamento para atuarem no estágio. Valoriza-se o protagonismo dos estudantes e a sua disponibilidade para trabalhar em equipe.

Pré-requisitos obrigatórios:

- Disponibilidade de 20 horas semanais;
- Possibilidade de assumir bolsa de estágio da USP (incompatível com bolsa de pesquisa FAPESP).

- Para cumprir a carga horária de 20 horas semanais, o aluno precisa, necessariamente, estar matriculado nos estágios obrigatório e não obrigatório ao mesmo tempo, para cobrir a carga horária exigida.

Terão prioridade alunos com:

- Experiência prévia em políticas de promoção e prevenção em Atenção Psicossocial no âmbito universitário;
- Prática clínica em Psicanálise;
- Prática no manejo de grupos e de casos psicopatológicos graves;
- Ter atuado na Atenção Primária em Saúde ou nos equipamentos de complexidade básica na Assistência Social.
- Ter prática no âmbito educacional.

Local da atividade prática:

- USP – São Carlos (*campi 1 e 2*).

Carga horária:

4 horas semanais de supervisão e as demais na execução das atividades.

Dia das práticas de estágio:

Distribuídos de acordo com as atividades na USP, sendo que as supervisões ocorrerão nas terças, das 8 às 10 horas e nas sextas das 09 às 11 horas. O aluno que não dispuser destes dois horários para o estágio será automaticamente impedido de concorrer à seleção.

Produtos finais esperados:

Sistematização dos dados e possibilidade de elaboração de material para a política de Atenção Psicossocial da USP. Submissão de artigo acadêmico sobre a experiência ou apresentação em eventos. Relatório de estágio obrigatório.

Método de avaliação do estágio: processual, considerando a ética profissional; relatório final; frequência, uso adequado do conhecimento científico e técnico.

Bibliografia:

BLEICHER, L.; BLEICHER, T. **Saúde para todos, já!** Salvador: EDUFBA, 2016.

BLEICHER, T. **A política de Saúde Mental de Quixadá, Ceará (1993-2012)**: uma perspectiva histórica do sistema local de Saúde. Tese (doutorado em Saúde Coletiva). Doutorado em Saúde Coletiva, Associação Ampla - Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

BLEICHER, T. **O processo saúde-doença mental**: perspectivas históricas no Brasil, à luz do contexto internacional. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. v. 1. 226p.

BLEICHER, T.; SAMPAIO, J. J. C.; GOMES, V. B. O auxiliar em Saúde Mental: da concepção à prática do serviço. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 61-76, 2015.

BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R. C. N. de. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 543-549, Dec. 2016.

BRASIL. **Decreto no. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Lex**: Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 26 out. 2017. BRASIL. Portaria no. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Lex**: Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 08 abr. 2019.

DECLARACIÓN de Alicante sobre la Promoción de la Salud y Universidad: Construyendo Entornos Sociales y Educativos Saludables. Disponível em: <https://www.um.es/documents/4856678/5231793/DeclaracionAlicante2017.pdf/598e0885-0ffa-48c8-a3da-3963d5c8798f>> Acesso em: 02 out. 2018.

FONAPRACE. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

PINHEIRO, J. Q. **Psicologia Ambiental**: a busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997.

PROMOÇÃO da saúde: carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Bogotá. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROUQUAYROL, Z. Introdução à Epidemiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SAMPAIO, J. J. C.; BARROSO, C. M. C. **Manual de organização do Centro de Atenção Psicossocial de Quixadá**. Quixadá: 1994. Disponível em:

<http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/itinerancia/fortaleza/Carcaps.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

VETTORASSI, A. Mapas afetivos: recursos metodológicos baseados na História Oral e reflexões sobre identidades espaciais e temporais em estudo sociológico. **História e Cultura**, v. 3, n. 3, p. 155-176, 2014.